

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

O naco do leão

• O lombo do presidente Fernando Henrique saiu da reforma ministerial moído de pancadas. Apanhou dos líderes dos partidos da base parlamentar, apanhou da reportagem política, que repercutiu as reclamações dos congressistas, apanhou dos cronistas, que o chamaram de trapalhão, de frouxo e de desastrado. Tanta pancadaria repercutiu nos índices de popularidade presidencial na classe média, que já não o olha com bons olhos.

A julgar pelo que se leu na imprensa escrita e pelo que se ouviu na TV, Fernando Henrique teria assumido um verso de Rimbaud, poeta francês que se aposentou na Etiópia aos 20 e poucos anos de idade, depois de buscar o desregramento sistemático de todos os sentidos: "Por delicadeza, eu perdi minha vida".

Esta é a versão. Quais são os fatos?

É verdade que algumas das manobras presidenciais foram desastradas. Não precisava ter sido indelicado com o ministro Carlos Albuquerque, fritado por vazamentos de informações palacianas. Bastaria ao presidente explicar a necessidade política de substituí-lo por um peso pesado do ramo, o senador José Serra, conduzido a Brasília na crista de muitos milhões de votos. Outra trapalhada foi a tentativa de mudar o senador Arlindo Porto, ex-vice-governador de Minas, do Ministério da Agricultura para o do Trabalho. A mudança não foi alinhavada por uma conversa prévia e Arlindo, que tem mais quatro anos de mandato e nada deve ao Governo federal, teve um raro gesto entre os políticos: declarou que não tinha afinidades com a pasta.

Sempre que o presidente Fernando Henrique se mete na política mineira, comete erros. Já destratou o governador Eduardo Azeredo várias vezes. Na campanha eleitoral, deu a impressão de preferir Hélio Costa, que liderava as pesquisas de primeiro turno, ao seu correligionário. Mais tarde, entregou os cargos do DNER ao Newton Cardoso e considerou que os protestos de Azeredo eram antes motivados por rancores provincianos que pelo zelo pelos dinheiros públicos. Ensaçou, adiante, uma manobra para lançar Itamar Franco como candidato ao Governo estadual, a fim de afastá-lo da disputa nacional. Mais uma vez, deu com os burros n'água. Finalmente, agora, esse desacerto com Arlindo Porto. A impressão que dá é que confunde o jeito maneiroso e falsamente cordial de os mineiros fazerem política com a falta de princípios firmes.

Assinaladas essas falhas, o resultado global da dança das cadeiras ministeriais é um reforço da já gigantesca reserva de poder do presidente da República:

1) A equipe econômica, cuja composição jamais esteve na mesa de negociações, ganhou mais alguns integrantes. Paulo

Paiva, que já jogava de parceria com os colegas no Ministério do Trabalho, substituiu com vantagem o deputado Antônio Kandir, por ser habilidoso no trato político. Edward Amadeo, que acabou no seu lugar, também é economista, PhD de Harvard e professor da PUC-Rio. Passou de assessor a executor de políticas. Tem bom e antigo diálogo com o PT e a CUT, mas, como ensinou Shakespeare, os amigos do príncipe de Gales não são necessariamente os amigos do rei da Inglaterra. Não cometerá infidelidades. Na moita, um ministério do Comércio Exterior está sendo encubado no Palácio do Planalto. Para ele foi o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. O embaixador José Botafogo Gonçalves, instalado no Ministério da Indústria e do Comércio, entra na cota de Paulo Maluf apenas por cortesia. Os diplomatas são tão ou mais disciplinados que os militares.

2) A área militar ficou na mesma, depois de contornado o erro cometido pelo Exército, dando um cargo de confiança ao general Fayad. Resta o problema da criação do Ministério da Defesa, polêmica que Fernando Henrique só assumirá se quiser, por não ter data marcada para criá-lo.

3) Os ministérios desdenhados pelos partidos revelam a mentalidade de seus dirigentes. Ninguém quis o do Trabalho, enfeitado quando a preocupação maior dos brasileiros é com o emprego, nem o da Ciência e Tecnologia, possível ponte para o futuro. O da Cultura foi desdenhado no ano de afirmação maior da indústria cinematográfica. Relações Exteriores ninguém quer mesmo, talvez por ser a maioria dos políticos monoglota. Longe do Ministério da Administração passaram todos, sem perceber que está reformando o Estado.

4) As agências reguladoras do setor elétrico e do petróleo tiveram as suas diretorias negociadas em sigilo. São mais importantes que o Ministério de Minas e Energia, esvaziado.

5) As telecomunicações, ministério e agência reguladora, continuaram a cargo do primeiro-amigo Sérgio Motta, cujo restabelecimento é a esperança maior do PSDB.

Com tudo isso na sua cota pessoal, o presidente Fernando Henrique pode ser chamado de trouxa?